

Comunicação e Bem Público: Outra vez, a Hora da NOMIC

Luiz Roberto Alves¹
João Gremmelmaier Candido²
Nara Katsurayama Cazzolato³
Luciane Duarte da Silva⁴

Resumo

No ano em que se estabelece no Brasil o livre acesso à informação pública como valor de cidadania (Lei 12.527, de novembro de 2011), carece retomar a NOMIC (1980) e pensar a comunicação social como suporte indispensável da educação e da governança. Este ensaio enfatiza que uma nova ordem comunicacional poderia fazer a articulação entre poder público, arranjos produtivos e movimentos sociais, ato de democracia por meio da governança. O fato de termos um processo educacional que ainda não garante a sociedade democrática desejada, amplia as exigências de trabalhar por aberturas no cruzamento das políticas de educação, cultura e comunicação.

Frente a la crisis de la conciencia pública entre los políticos de oficio y la pérdida de relieve social de ciertas figuras tradicionales del intelectual, hoy es indispensable que los medios comunitarios se tornen cada día más cercanos a, y expresivos de, la vida cotidiana de los ciudadanos. Lo que implica tomarse verdaderamente en serio que en la comunicación se juega de manera decisiva la suerte de lo público, la supervivencia de la sociedad civil y de la democracia. (Jesús Martín Barbero, 2009)

Introdução

No ano em que se estabelece no Brasil o livre acesso à informação pública como valor de cidadania (Lei 12.527, de novembro de 2011, com vigência em maio 2012) carece

¹ Graduado em Letras pela Universidade de São Paulo (1972) e em Pedagogia, com ênfase em Administração da Educação, pela FAFIL de S. Bernardo do Campo (1979). Mestrado (1977) e Doutorado (1981) em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo. Livre Docência pela ECA -USP em Comunicação e Cultura Brasileira (1992). Contato: luiz.alves@metodista.br

² Mestre em Administração (UMESP), especialista em Docência no Ensino Superior (UMESP), graduado em Administração com ênfase em Finanças e Marketing (FSA), atua como professor no curso de Logística (modalidade à distância). Contato: joao.candido@metodista.br

³ Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, pós-graduação em Gestão de RH pela Universidade Cândido Mendes e mestrado em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo. Atualmente é Professora Auxiliar do Curso de Administração EAD da UMESP. Contato: nara.cazzolato@metodista.br

⁴ Mestranda em Administração (UMESP), especialista em Docência no Ensino Superior (UMESP), bacharel em Administração (UMESP). Trabalha atualmente como professora do curso de Processos Gerenciais na modalidade à distância. Contato: luciane.duarte@ig.com.br

pensar a comunicação social como suporte indispensável da cultura política e econômica. Como suporte conceitual do que é público ou de caráter público. Para tanto, cabe retomar a NOMIC, Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação, ou Relatório MacBride (1980, Conferência Unesco, Belgrado) como dado fundante da nova realidade pensada. Uma conjuntura de forças e situações revela, e esta é a razão do presente ensaio, que o atual processo sócio-histórico está a exigir incremento de massa crítica e tomada de posição sobre nova ordem comunicacional. Neste ensaio, as citações e indicações do Relatório seguem sua publicação, na edição em espanhol denominada **Un solo mundo, voces multiples** (1993)

Consideram-se, neste texto, os desafios, as expressões sociais empíricas e o famoso relatório coordenado por Sean Mac Bride e se ensaia um enfrentamento de novos projetos de governança e ampliação de direitos sociais, entendida a governança como concepção, elaboração e consecução de políticas por obra de diferentes atores público-privados comprometidos com o destino da cidade/sociedade. Tal comprometimento, enfim, aponta para os direitos de um território que tenha o tamanho do humano. Assim se entende, aqui, a raiz semântica da comunicação, o “tornar comum”. Este ensaio considera que o projeto mais acalentado pelos círculos de estudiosos da comunicação social dos últimos 80 anos, desde o surgimento do rádio e, portanto, de alguma cultura de massa, é a realização de nova ordem nas relações intra e inter nações, povos e comunidades. Para um século que já tinha sido, de certo modo, globalizado, antes da primeira guerra mundial, e que sofreu o desenvolvimento de meios, suportes e veículos de comunicação entre duas hecatombes, o projeto tinha um pensamento comum, evidenciado no texto da NOMIC: a globalização humanizada. Como se sabe, o relatório desenvolveu 11 metas: (1) fim dos desequilíbrios e desigualdades vigentes; (2) eliminação dos efeitos negativos de monopólios e da excessiva concentração de poder; (3) remoção dos obstáculos para o livre fluxo e a equilibrada disseminação das ideias e informações; (4) pluralidade de fontes e canais de informação, liberdade de imprensa e de informação; (5) liberdade para os jornalistas e todos os profissionais nos meios de comunicação; (6) Correspondência entre liberdade e responsabilidade; (7) melhorias comunicacionais dos países em desenvolvimento, especialmente a aquisição de equipamentos próprios; (8) capacitação de pessoal e recuperação da infra-estrutura, bem como sintonia dos meios de comunicação com aspirações e necessidades dos povos; (9) compromisso dos países desenvolvidos no apoio aos demais para o alcance desses objetivos; (10) respeito à identidade cultural de cada povo e ao direito de cada nação quanto a seus interesses, valores e aspirações; (11) respeito aos direitos de todos os povos para participar de intercâmbios de informação. No entanto, o discurso profético do relatório coordenado pela Unesco teve poucos discípulos

oficiais no interior da guerra fria, mas se manteve como discurso da academia e dos movimentos sociais. Superado o tempo clássico da Guerra Fria e, portanto, ampliadas as reengenharias do programa capitalista internacional, a nova ordem da comunicação proposta nos anos 80 e amplamente problematizada, recebe em novo século novos sentidos e enfrenta desafios da sociedade sob marchas e contra-marchas da denominada globalização, quer nos processos simbólico-culturais, quer nos sistemas educacionais e econômicos. A NOMIC parece ter, hoje, a sua hora D.

Dados presentes na conjuntura tem muito a dizer e indagar. No dia 30 de janeiro de 2012, diversos jornais do Brasil publicaram levantamento feito pela CGU (Controladoria Geral da União), segundo o qual 47,2% dos funcionários públicos lotados em Brasília afirmaram entender que as informações originadas nos poderes públicos pertencem ao governo e não ao público; são dados privativos do poder e não fatos a serem publicizados. Estados e Municípios sugerem alargamento do tempo para garantir o direito à informação das coisas públicas, visto que somente 12% deles, segundo a imprensa, trataram do tema ou começaram a investir nesta “nova ordem” informativa. O Ministério Público vive às voltas com as maquiagens das estatísticas de instituições e organizações de instâncias públicas que, como se sabe, determinam vantagens econômico-financeiras. Instituições educacionais burlam o Enade – exame nacional de cursos – para noticiarem seus sucessos e esconderem suas incompetências. A preparação da Copa do Mundo de Futebol 2014 supõe, evidentemente, espaços de segredo ou opacidade. Governos decretam, por via de indicadores especialmente montados, a queda brutal de índices de roubo e/ou latrocínio, ainda que as populações sintam e sofram o contrário. Setores do judiciário pelejam para amordaçar pares e demais instituições que propugnam pela abertura de dados e fatos. A CVM, Comissão de Valores Mobiliários, busca alinhar-se a novas posturas do mercado financeiro internacional e começa a elaborar normas para a denúncia dos ‘ investimentos atípicos’. Na contramão, e mais grave, as mídias tornadas estruturas de setores de interesse, negam sistematicamente o que o antropólogo Roquette-Pinto (1923) anunciou pela nascente Sociedade Rádio do Rio de Janeiro, depois Educadora: a comunicação brasileira iria integrar física e culturalmente o país, ampliar competências lingüísticas e criar amplo sistema educativo. No início de nossa cultura de massa, propunha-se, portanto, a comunicação como suporte auxiliar na organização da sociedade e não fundadora de cartéis para a indução da sociedade. Veiculadora de sentidos sociais e não proprietária dos significados. Veículo das culturas e não acumuladora exclusiva de uma economia da cultura.

Os dados citados produzem analogia com o comportamento da mídia – entendida como os veículos empresariais - que se erige como autônoma das comunidades e se afasta do sentido original de concessão pública. Graça Caldas (2011) esclareceu o método que orientou a distribuição de concessões no governo de Sarney presidente. Levantou a concessão de quase 300 canais orientados por interesses da presidência e de setores do congresso nacional. As benesses produziram ampla rede de clientelismo político. O título da tese liga passado e presente: *Latifúndio do Ar. Mídia e Poder na Nova República*. O Relatório da Unesco evidenciara os processos de concentração da mídia no rumo de monopólios (p.37) e mostrara que os desequilíbrios na informação equivalem às disparidades sociais, econômicas, culturais e tecnológicas (p.209). Daí o problema central que os estudos brasileiros de políticas de comunicação tem colocado, isto é, os veículos midiáticos trabalham para ser sinônimos da própria comunicação social. Embora todas as organizações sejam entes de linguagem e os veículos da mídia tenham nas linguagens sua forma e seu conteúdo, distinto e de fato perigoso socialmente é erigir-se em modelo social, que não admite controle (em nome da liberdade de expressão), que edita a informação por interesse de propriedade e que copia, plagia e dissemina blocos de linguagem de senso comum. De seu lado, a possível passividade social pode, então, determinar segmentos de mediocridade na cultura contemporânea do país, a despeito de seu crescimento econômico e sua inserção nos estratos de poder entre nações. O texto de Fausto Neto (2008:92) é exemplar de inúmeros dossiês montados nos últimos anos por periódicos e organizações da área da comunicação:

Ocorre a disseminação de novos protocolos técnicos em toda extensão da organização social, e de intensificação de processos que vão transformando tecnologias em meios de produção, circulação e recepção de discursos. Já não se trata mais de reconhecer a centralidade dos meios na tarefa de organização de processos interacionais entre os campos sociais, mas de constatar que a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessados e permeados por pressupostos e lógicas do que se denominaria a ‘cultura das mídias’. Sua existência não se constitui fenômeno auxiliar, na medida em que as práticas sociais, os processos interacionais e a própria organização social se fazem tomando como referências o modo de existência desta cultura, suas lógicas e suas operações.

Dá-se, pois, que o que se denomina comunicação contemporânea afastou-se quase que plenamente da visão humanista dos anos 20 e 30 do século passado – desenvolvimento do rádio e primeiras expressões da TV – e, em vez de *tornar comuns* os bens simbólico-culturais da sociedade, erigiu-se em mediadora e fundadora dos sentidos da cultura, do lazer, da

educação e da administração dos bens públicos. Este é um campo de batalha contínuo no Relatório Mac Bride. Às vezes, seus textos soam proféticos: “...em virtude de que as novas indústrias da informação das nações avançadas já são uma grande fonte de riqueza, é possível que continue crescendo a brecha que separa ricos e pobres, a menos que se faça algo para mudar o atual sistema desigual” (p.34). Na experiência brasileira, o antropólogo e educador Roquette-Pinto concebeu a ideia de emissora de ondas de rádio depois de acompanhar o Marechal Rondon em suas caravanas e ver o isolamento e o insulamento das comunidades e etnias brasileiras. Sua concepção, portanto, se fundamenta em comunicar educação, linguagem e culturas para mundos sociais excluídos. Ora, depois da indústria cultural pós-segunda guerra mundial e o fascínio econômico das mídias, o novo projeto se fundamenta, é claro, em conjuntos de interesses segmentados, o que problematiza a ideia mesma de comunicação como *tornar comum* e, portanto, garantir direitos. Não se pode esquecer de que há uma herança crítica sobre os fenômenos da cultura e seus suportes comunicacionais. Basta um trecho de Adorno (1975: 173) para se compreender a força da tendência:

Se perguntarmos a alguém se ‘gosta’ de uma música de sucesso lançada no mercado, não conseguiremos furta-nos à suspeita de que o gostar e o não gostar já não correspondem ao estado real, ainda que a pessoa interrogada se exprima em termos de gostar e não gostar. Ao invés do valor da própria coisa, o critério de julgamento é o fato de a canção de sucesso ser conhecida de todos; gostar de um disco de sucesso é quase exatamente o mesmo que reconhecê-lo. O comportamento valorativo tornou-se uma ficção para quem se vê cercado de mercadorias musicais padronizadas.

Adorno não conhecera Michel Teló e similares, mas intuía o processo. Com todas as reservas a respeito da radicalidade do pensamento alemão, sua verdade precisa ser entendida ao “calor da hora”, no enfrentamento nazi-fascista. No entanto, a intervenção da teoria frankfurtiana torna-se, hoje, somente auxiliar, pois o próprio levantamento empírico da qualidade do discurso no mundo do entretenimento, da agressividade do marketing sobre crianças, adolescentes e jovens e do modo de produção – e censura - nas editorias da imprensa fornece elementos para a crítica contemporânea sobre protocolos e tecnologias da midiaticização da sociedade, como bem observou Fausto Neto. Muniz Sodré (2002:257), depois de amplo levantamento sobre o processo de comunicação brasileiro, encontra na mídia contemporânea uma armação tecnológica a que se deve fazer oposição. Assim:

...trata-se de se pôr cientificamente na contramão do movimento expansivo de redução da *experiência vital* pelo

crescimento exponencial da armação tecnológica do mundo, coonestado pelo comercialismo indiferente das organizações que dominam as mídias. Isto implica inscrever no pensamento comunicacional o horizonte de revitalização da experiência democrática a partir do 'comum', isto é, da capacidade de articulação ético-política das organizações regionais e populares.

Este ensaio, conquanto se dedique a refletir sobre contextos internacionais, tem como objetivo precípua pensar como poderia ter sucesso estratégico e agregar valores a comunicação como bem-público na sociedade brasileira, que se afirma democrática e busca agir como tal. A hipótese central deste trabalho consiste na consciência de que o processo histórico do povo brasileiro, que ofereceu fundamentos e educou para os modos de ser e agir da comunicação na construção e na prática cotidiana das comunidades e organizações, ainda não garante uma concepção adequada, bem como bons métodos, melhor formação profissional e profícuas estratégias comunicacionais para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Como complemento da hipótese, tem-se que a visão – e não os detalhes pontuais – do Relatório MacBride é valor necessário para a emergência equilibrada das novas relações sociais.

Não cabe, no entanto, pensar em novos caminhos sem passar pela história e pela crítica do país emergente.

Comunicação e História

Desde 1822 o Brasil dá sinais de sociedade moderna, quer no esforço da literatura, nos discursos das tribunas e púlpitos, nas transações comerciais e nos contatos culturais com o exterior. No entanto, o espírito presente nas relações entre a **Casa Grande** e a **Senzala** fica evidenciado na educação, nas relações entre classes sociais, na distribuição dos bens do conhecimento e do progresso. Trata-se do alto poder de emissão informativa de um lado e do exclusivo dever de recepção de outro. Apesar desse substrato histórico intrigante e de grande força histórica, temos, no entanto, procurado ser modernos como sociedade brasileira. Contraditoriamente modernos. De um lado, as artes literárias (embora mitigadas pelo analfabetismo) caminham da apoteose das manifestações naturistas e imitativas do centro europeu para a consciência de um sistema orgânico nacional, em que, como mostra Candido (1976: 90) realiza-se a “manifestação dos grandes problemas do homem do Ocidente nas novas condições de existência”. De outro lado, começa a enraizar-se o movimento republicano, também parcialmente positivista, portanto disposto a construir a modernidade e

superar o estatuto imperial-colonizador, a sociedade opaca. No interior desse processo, apresenta-se uma sociedade que diagnostica adequadamente sua inserção no modo capitalista de produção industrial e comercial, mas não tem competência para implementar políticas capazes de beneficiar a todos, determinando as modernizações incompletas e dependentes (FURTADO, 1974:30). Tal fenômeno leva Ianni (1992:112) a concluir que há um desencontro entre sociedade, economia e gestão, que revela o próprio motivo da prosperidade de minorias, visto que “as expansões do capital beneficiam-se das condições adversas sob as quais os trabalhadores são obrigados a produzir, no campo e na cidade. Os mesmos indicadores econômicos da modernização alimentam-se dos indicadores sociais da sociedade primitiva”.

Para reforçar uma afirmação da parte introdutória deste ensaio sobre a falta de uma historicidade, no Brasil, que garantisse massa crítica a serviço de uma sociedade que tivesse a postura de “tornar comuns” projetos, programas, necessidades e direitos, alguma historiografia amplia argumentos. Conceitos como trabalho livre, organização social, direitos, lazer, cultura e educação foram objeto de intenso exercício de tribunas e púlpitos, mas sofreram apagamentos semânticos a ponto de muito lentamente, não antes dos anos 50 do século passado, chegarem a sofríveis consensos e algum discurso coletivo das maiorias. Tais conceitos tanto não vigiam quanto não eram visíveis as pessoas e comunidades responsáveis pela comunicação dos conceitos. Na jovem República e no fim do Império, por exemplo, tais realidades da comunicação social não eram temas fundantes dos que detinham voz e autoridade. Ali, o debate se dirigia em torno das tendências de grupos hegemônicos que deveriam dirigir a sociedade. Nem se trata de atraso temporal, mas sim de prioridades, de inversão de valores nos projetos de poder. Evidentemente, havia grande empenho em discutir o trabalho e o capital na terra recém-saída da escravidão. No entanto, a ênfase residia no púlpito, na tribuna, não nas operações organizatórias do sistema produtivo. Tratava-se de um positivismo que servia a uma ciência do discurso, da retórica.

A despeito desse quadro, as consequências profundas da longa e multifacetada Revolução Industrial já batiam às nossas portas, isto é, as cidades se tornavam densas e complexas, reclamava-se trabalho nativo e imigrante, eram exigidos investimentos e lugares para implantação das plantas fabris, implantavam-se ferrovias e criava-se comunicação em torno das novas ideias de comércio. Joaquim Nabuco, *apud* Prado Junior (1966: 79-80) revela novos fundamentos da atividade econômico-administrativa ainda nos tempos da Lei de Supressão do Tráfico, segunda metade do século XIX: “Os capitais que eram empregados nestas ilícitas transações afluíram à praça, do que resultou uma baixa considerável nos descontos; o dinheiro

abundava e uma subida extraordinária teve lugar nos preços das ações de quase todas as companhias”. Complementa Caio Prado informando sobre a intensificação da vida comercial e das emissões bancárias, estas centuplicadas em menos de dez anos. Seguem-se as conseqüências: a primeira estrada de ferro, de Mauá a Fragoso, o início da Estrada de Ferro Pedro II, o telégrafo e as concessões de linhas de navegação. O viés do pesquisador clássico da evolução político-econômica do Brasil coincide com discípulos e sucessores: a partir desse sentido de progresso cria-se uma tendência burguesa progressista (em parte liberal, em parte positivista), que se choca com fortes interesses do passado e, no interior da pugna kafkiana que travam, modela-se o Brasil contemporâneo, tendo a maioria das populações como massa de manobra. Ontologicamente, a existência de qualquer massa de manobra no processo histórico evidencia o fim da comunicação *stricto sensu*. E convém lembrar que o modelo das hegemonias dependentes produz cultura, introjeta hábitos e modos de vida, organiza a construção intelectual e induz certos currículos e pedagogias escolares, o que torna o cenário ainda mais problemático, tanto ontem como hoje.

O valor do trabalho, a contemplação prazerosa dos lugares, os direitos à educação e à cultura, as relações de produção, os modos de cooperação e competição, a formação de quadros para a gestão seriam temas possíveis nos eixos densamente urbanos da costa brasileira, mas fora do quadro obsessivo do elitismo e sua luta de hegemonias intestinas. Nas tribunas brasileiras, e não nas parcas fábricas, os seguidores de Augusto Comte discutiam, segundo Cruz Costa (1967:237ss) temas instrumentais para a sociedade das elites, mas não suas mediações: a viabilidade do salário, o descanso dominical (relativo à religião dos trabalhadores), as férias anuais de 15 dias, a aposentadoria aos 63 anos, o trabalho juvenil somente após os 14 anos etc. A Ciência Positiva tinha, evidentemente, arautos avançados, como se vê das propostas, mas nenhuma reflexão sobre as mediações entre a brutalidade colonial-escravista e o suposto regime de liberdade. Faltavam as passagens e diálogos entre as realidades do momento negado e do projeto a conquistar. Faltava tornar comum a história para a sociedade, com os meios e mediações possíveis. Faltava um sentido humanista e esclarecido de gestão a implementar no Estado pretensamente moderno. Pior: perdia-se a liberalidade do discurso positivista no impulso claramente centralizador do Estado. No entanto, considerando (como diria Comte) que “os mortos governam os vivos” (BOSI,1992: 294 ss) o país é dirigido por um modelo autoritário presente durante quase todo o século XX, certamente imbuído de simulação retórica a favor do valor do trabalho, da força da materialidade cultural e da dignidade dos pobres. De fato, o arroubo discursivo de certas

lideranças populares, que negava os interesses do industrialismo e sua avidez de lucros terminou, vezeiro, cúmplice e colaborador, sem a garantia dos direitos concretos e cotidianos das maiorias, o que também dificultou continuamente a expansão de mercados e a melhor capacitação dos cidadãos para o exercício desses direitos. Um exemplo de monta é a formulação da educação humanística para os mais ricos e do ensino profissional para os mais pobres, modelo que perpassou o século XX e ainda é fantasma das nossas óperas educacionais. Do discurso enciclopédico de Azevedo (1963) às recentes propostas do PNE, Plano Nacional de Educação (2011-2020), não há, a despeito da retórica contra toda a discriminação, um antídoto à ideia-força de uma cultura superior, que dirige e submete os saberes técnicos e, portanto, o ensino técnico. Azevedo (op.cit.:744), ao explicar a origem tecnicista de nossa universidade, entre guerras e em tempo materialista, observou o crescimento das massas e o perigo de uma crise de cultura capaz de ameaçar o princípio aristocrático e de qualidade “que é inerente a toda cultura superior”. É crescente a evidência de políticas públicas para a juventude fragmentadas em diferentes instâncias, o que não é de hoje. Evidencia-se, pois, num olhar crítico, que não haverá mudanças substanciais enquanto tais políticas não se *comunicarem* num processo superior de integração rigorosamente avaliado.

Enquanto isso, as disputas físico-simbólicas da sociedade globalizante se aceleram. Num movimento sutil, o domínio dos processos científicos e tecnológicos organiza-se como uma espécie de reserva de saber. Os veículos de mídia se aproveitam dessa história de saber como poder para montar sua suposta ciência da comunicação e produzir seus comunicólogos, os únicos a entender de comunicação. Na convergência desse processo social, o que se desenha é a pré-existência dessa cultura de elite, ou uma ideia-mito além da história, o que nega o sentido de comunicação como suporte da cultura. Como, então, reconstruir socialmente o conceito do “tornar comum”, fazer comunicação, comunicar culturalmente?

Um texto menos conhecido de Furtado (1984) reafirma o sentido do projeto econômico e político da construção do Brasil, posto aqui para enfatizar o quadro de referências. Organizado em sete teses, a de número 3 se situa no objeto deste estudo e mostra que a formação étnico-social do território nacional e suas subdivisões apontam para grandes grupos sociais submetidos, como exemplo os indígenas e africanos e sua descendência. Aí residiu a força das matrizes tecnológicas e culturais da Europa, a par do trabalho deliberado em fracionar, romper e fragmentar as relações culturais e o aprendizado técnico das maiorias. O que significa negar o direito a conquistar e, de algum modo, gerir o conhecimento. Ou

produzir, via mediações sociais, a opacidade das maiorias e, conseqüentemente, a criação de sentidos e valores *comuns*. As instituições, os sistemas industriais, as cidades e demais organizações tendem a reproduzir essa matriz comportamental, mitigadora de direitos. De seu lado, a mediação de Estado e Igreja foi rígida a ponto de produzir estamentos burocráticos de tipo civil, religioso e militar. Esses pilares de Estado e Igreja organizaram-se como modo de ver o mundo e construir seus valores, o que impossibilitou a virada do espelho dessa matricialidade. Se fora possível esse movimento, teríamos implementado a transversalidade, isto é, um olhar penetrante, de conjunto a partir das bases étnicas, de gênero e de acessibilidade aos bens construídos, o que se constituiria condição de ação cultural em processo de universalização de direitos e oportunidades. Teríamos criado comunicação entre os tempos e os territórios da vida social brasileira. Transversalidade é, sempre, mediação, movimento que, ao percorrer, liga, conecta, comunica. Portanto, ainda segundo Furtado, vicejaram soberanamente o autoritarismo complacente e suas contrapartes, os mal chamados jeitinhos sociais. De fato, não há jeitinhos na sociedade do poder e da clientela, visto que o poder concedente não torna *comum* o que poderia ser um *jeito*. Ao contrário, traveste o concedido como “empoderado”, mas o transforma em clientela.

Não se pode, pois, considerar que nossa cultura política foi meramente atrasada, ou mesmo defasada. Deve-se vê-la como fruto de escolhas histórico-políticas capazes de engendrar formas de gestão dos bens públicos e privados e modos de desenvolvimento sócio-econômicos que continuam a influenciar o nosso modo de ver e ler o país e o mundo.

A construção de um saber que se realize na prática da comunicação pública, se de um lado pode ser promissor em novo quadro mundial, dada a convergência tecnológica e a propulsão do conhecimento, de outro sugere a descoberta de experiências originais a fim de que se supere a mera reprodução e a privatização dos espaços públicos. O conhecimento histórico-cultural do país e a pesquisa em torno das novas experiências das esferas públicas nesses laboratórios humanos, que são as zonas densamente povoadas, podem prover valores, metodologias e estratégias para tornar comum, comunicar, o que torna possível uma nova era de *buen vivir*. Esta expressão revela um estado de bem-estar geral, como os povos aborígenes da América Latina gostam de entender o progresso social. Aqui se ensaia a abertura para uma nova comunicação na/da cidade via experiência.

A res publica e a comunicação cidadã

Quem lê e compara os textos da Constituição Brasileira de 1988 relativos à Administração Pública e à Comunicação Social encontra os ingredientes da complexidade do tema, limitada no discurso legal, mas grandiosa nos desdobramentos sociais e econômicos. Segundo a Carta Magna, a comunicação não é um direito social e as emendas posteriormente propostas a itens do texto não foram além de competências legais, criação de conselhos e aberturas para a entrada de novos capitais nas concessões. Os direitos constitucionais da sociedade são a educação, a saúde, a previdência social, o trabalho, o lazer, a segurança, a proteção fundamental e a assistência diante do desamparo. A emenda 26, do ano 2000, acrescenta moradia como direito social. Assim, diferentemente do marcante Relatório MacBride (1980), que entende a comunicação como direito individual básico (**Un mundo e voces multiples**, 1993: 208), a lei maior do Brasil localiza-a na Ordem Social, depois do capítulo VII da Administração Pública. A rigor, comunicação é um bem da União, a ser organizado, delegado e concedido. Feita uma combinação entre administração da *res publica* e comunicação, poder-se-ia transferir os valores universais do artigo 37 para o ato de comunicar, tido necessariamente como instrumento da administração: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade. O que deve ser a natureza da administração pública seria também objetivo da comunicação social nas gestões públicas. Em torno dos quatro valores bastaria criar métodos e estratégias adequadas para o cumprimento de sua missão informativa e comunicativa. O tema poderia ser esgotado aqui, especialmente se acrescido da vigente nova legislação do acesso à informação pública.

Por que o tema não se esgota? Por uma razão de natureza científica, sócio-lingüística, que escapa ao legislador e ao executivo. No entanto, exige de toda a sociedade a busca de sentidos, finalidades, regulações e condutas da comunicação. Ocorre que o processo de comunicação é um ser da linguagem e, portanto, suporte de valores na dinâmica social. Quando esse processo se mediatiza, faz-se organização mediadora das forças em relação, por obra de concessão capitalizada, portanto envolvida em demandas e projetos privados, o espaço público vira palco contínuo de renhidas disputas, de lógicas de interesses. Assim, do mesmo modo como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade são questionadas e discutidas no cotidiano da vida administrativa, entre virtudes e escândalos, seus suportes expressivos e midiáticos também partilham do questionamento e expõem seus intestinos. O melhor equilíbrio para esse processo – considerando-o um direito público - situa-se no encontro da consciência histórico-social, na leitura crítica de suas regulações em face de

inovações, na criatividade e na justiça do uso das tecnologias. Dito isso, na ampliação dos sentidos de democracia.

Mobilizar, uma das respostas

Portanto, a hipótese de melhor compreensão da realidade, que vê as classes e forças sociais em disputa, abertas, capazes de mudança, embora problemáticas, sugere relembrar a citação de Muniz Sodré (op.cit.) a respeito da existência de uma armação que precisa ser desmontada. A desmontagem viria de um pensamento comunicacional nascido da experiência de organizações regionais e populares. Estamos, pois, no meio do desafio e do debate da comunicação no espaço onde se dão as políticas públicas.

Muniz Sodré encontra a revitalização da experiência democrática nas articulações éticas e políticas das organizações que denomina regionais e populares. Não é, pois, no tipo de república elitista inaugurada em 1889 e seguidores que se encontram forças culturais para pensar a comunicação de gestores e geridos. Mas poderia ser num processo de governança que ligue o chamado poder público a movimentos sociais e arranjos produtivos, o que criaria uma base de diálogo no território, em busca de alguns consensos desde que a respeitar a real diversidade cultural e política. Dado que a comunicação denominada massiva e espetacular, a crise sistêmica da política e os contágios de variada ordem nas relações internacionais se constituem sobre a obliteração e o apagamento das revitalizações populares (salvo quando são revolucionárias, como hoje no mundo árabe), o trabalho crítico é indispensável para o encontro de brechas e suas estratégias. O Relatório corrobora com essa atitude. De um lado, apresenta as funções da comunicação contemporânea: informar (tanto para o indivíduo quanto para o sistema de produção), socializar, motivar, discutir, educar, provocar avanço cultural, entreter e integrar (p.37). De outro, assevera que só existe comunicação quando várias fontes são informadas, visto que usar várias fontes provoca abertura intelectual e restringir fontes diante do público induz ao doutrinamento (p.37). Diante do fato de que a comunicação contemporânea pode ser instrumento de poder, arma revolucionária, produto comercial exclusivo e meio de educação, cada sociedade precisa superar restrições, tomar decisões compartilhadas e construir seus caminhos de progresso integral tendo a comunicação como suporte (p.207).

Caminhos e Objetivos

Segue-se que os argumentos deste trabalho problematizam a ideia de uma sociedade consolidada no Brasil, como também fazem os saberes sócio-políticos ao estudar uma sociedade farta em desigualdades e contradições. O coro problemático de vozes, urbes e mundo, tematizado no Relatório MacBride, aponta para uma dinâmica social que disputa valores e se enreda em confrontos. Não há modelos, diz o texto da Unesco. O que se pode buscar é o encontro de linhas gerais baseadas em interesses comuns, típicos de um mundo interdependente (p.207-208). Transferidos seus temas para o Brasil, tem-se que a história do país não oferece qualquer garantia para a plenitude do sistema democrático, quer de governo, quer de governança. De governo porque a história de negociações desequilibradas entre povo e poder e os costumes do favor e da clientela (indutores das violências contemporâneas), que se deram na Colônia, no Império e na República, persistem e penetram no cotidiano do exercício das funções públicas. A ideia esdrúxula de governabilidade que se mantém nos três níveis de governo imediatamente sinaliza um grave problema político e comunicacional. Qual é a verdade pública a ser comunicada, tornada comum? E quem pode realizá-la? Qual é a razão de publicar estatísticas justas? O que o povo vai fazer com a informação (pública?). Portanto, a arena governamental vai produzindo uma história marcada por uma espécie de substrato sedutor para a afirmação dos privilégios de indivíduos, estirpes políticas e classes sociais. Quanto à governança, trata-se de experiência mais recente e às vezes errática, mas que tem a vocação de buscar o diálogo e encontrar algum consenso local e regional entre governos eleitos, sociedade civil organizada e os setores compostos pelo sistema de mercado. Visto que não temos dúvida sobre o sentido de governo, claramente exposto na Constituição, cabe caracterizar o que se entende por governança, que pode ser uma brecha para a comunicação social e, por derivação, lugar de nova cultura política. Por certo, os ensaístas não tem dúvida de que o local urbano (como pensam sem exceção os escritores e os músicos populares) é o lugar indispensável para a identidade que permite dialogar com o nacional e o internacional. Visto que as governanças muito amplas tendem ao formalismo e às fissuras econômico-políticas, como se dá hoje na zona do Euro, a governança local/regional é bom laboratório para o processo de comunicação social. Na última parte do longo Relatório, a partir da página 211 da edição citada, as recomendações lembram a necessidade indispensável de experimentar projetos e políticas comunitariamente, local e regionalmente, como forma de educar para a convivência democrática, construir autonomia social e caminhar para a integração no mundo maior, de muitas vozes (pp. 211-240).

O novo conceito de regionalidade, que nasce das experiências européias do pós-guerra, por exemplo italianas e alemãs, hoje postas em fogo cruzado, implicou em busca de diálogo de forças sociais locais-regionais a favor de projetos e necessidades comuns, quer a formação de distritos produtivos, quer o intercâmbio de funções públicas e a sinergia entre organizações das cidades consorciadas. Do lado italiano, Maraffi (1997), Putnam (1996) e Regalia (1997) estudaram o sucesso da governança que soube conectar academia, artesãos, operários e poderes públicos em seguida aos escombros da 2ª guerra mundial, capazes de criar comunicação e mercado com o mundo. Berger e Compston (1996), Heidenreich e Krauss (2002) trabalharam a experiência alemã, que combinou e induziu saberes às relações internas e externas de *coopetição*: competição e cooperação. Daí que as formas criativas de governança passam a significar protagonismo político e ajudam a explicar décadas de sucesso no *welfare* europeu, melhor manejo de metrópoles e participação grupal e comunitária no destino das cidades. Também no Brasil ocorrem algumas significativas experiências no campo da governança, tanto focadas em certas políticas público-privadas quanto operadas por consórcios que operam planos estratégicos do conjunto das necessidades transformadas em políticas de consenso. Os esforços de governança ao modo brasileiro assinalam o que Daniel (2003:65) chamou de “... nova institucionalidade, única no Brasil, que foi sendo criada ao longo da década de 1990, acompanhada de um conjunto de ações discutidas coletivamente, implementadas seja bilateralmente, seja multilateralmente, ações de cooperação que envolvem, inclusive, cooperação de municípios”.

O autor citado foi o líder da revitalização sócio-econômica do Grande ABC Paulista, a sudeste da metrópole paulistana, prefeito de Santo André, assassinado em 20 de janeiro de 2002. A partir de sua liderança, em 1989, a região de 2,5 milhões de habitantes e 7 cidades conurbadas, mobiliza-se, comunica-se entre novos atores institucionais: Consórcio Intermunicipal, Câmara Regional, Agência de Desenvolvimento e Fóruns de Cidadãos e Cidadãs. Deste modo, além de 42 acordos comuns à região (1991-2000) em resposta a várias políticas de governança, concebidos e realizados com instâncias diversas de governo e fomento, a região produziu planos estratégicos e cenários de cidades que vigem até 2020. Tais experiências de governança questionam, imediatamente, os modos de comunicar publicamente a partir dos agentes públicos postos no poder da cidade A, B ou C. A governança busca diminuir a contradição entre a disparidade das vozes urbanas e sua busca de bens comuns, o que precisa ser análogo ao suporte comunicacional. As experiências de governança, como fenômeno público de razoável crescimento em distintas regiões do Brasil, propiciaram também, a partir dos últimos 20 anos do século passado, conexões mais estreitas

entre o território e seu destino social. Ao analisar o federalismo brasileiro e seus mecanismos tradicionais de poder, Abrucio saúda as novas regionalidades e os novos mecanismos de governança, a partir da análise do consorciamento construído no Grande ABC Paulista:

A criação de espaços e mecanismos de coordenação e cooperação intergovernamentais tornou-se ainda mais fundamental nos aglomerados urbanos, devido ao acelerado e caótico processo de urbanização ocorrido no Brasil, ao qual se combinou um adensamento populacional em parcelas específicas do território nacional, configurando as grandes áreas metropolitanas, consolidadas nos últimos trinta anos. Além da importância geográfica, essas regiões têm destacado papel econômico e social, concentrando nelas uma produção paradoxal de riqueza e desigualdade.

Klink (2001:57-59) também associa os novos modos de governança regional à tradição e à contemporaneidade. Cita Vainer, (1995), para lembrar que, na linha de Oliveira, “O regionalismo brasileiro tradicional visava aglutinar os interesses dos grupos das áreas periféricas no espaço nacional (...) instaurando a unidade intra-regional (e a negação dos conflitos internos) e negociando no plano supra-regional a condição dessa subordinação no espaço nacional”. Vai a Harvey (1989), Wigmans (1999) e Hall (1995) para destacar que as novas políticas urbanas deixam o estágio de gerenciamento de serviços urbanos para um enfoque mais sinérgico e integrado, porque: “ uma vez que o capital produtivo é volátil, torna-se imprescindível às coalizões locais mostrarem a atratividade da sua malha urbana em termos de redução de custos (tributários, logísticos, fundiários e salariais) e de implementação de investimentos (públicos) que garantam a conectividade com a economia mundial de fluxos”. Aqui se estabelece clara confluência com a reflexão em torno dos novos arranjos regionais. Coutinho (2003:43-45) mostra que nos anos 90 a guerra fiscal resultou de investimentos setoriais do poder público e do sistema industrial que impactavam a urbanidade local/regional e criavam um “não-sistema” que, na ausência de nova visão federalista, atribuía ao suposto mercado toda a regulação. Então, tentou-se o salve-se quem puder, o que significou maior fragmentação. Atores locais e regionais diversos, a partir de sua experiência histórica, não somente intuíram o problema como, comparando a outros espaços regionais da Europa e dos Estados Unidos, não tiveram dúvida de que tal caminho seria fatal para a economia e a sociedade, notadamente em micro-físicas avançadas em organização industrial, comercial e cívica. Daí que as formas criativas de governança passam a significar protagonismo político, o que se coaduna com a melhor conceituação de comunicação social, retirada de qualquer postura romântica para estar e ser parte dos modos

de produção, veiculação e consumo na cidade real. O Relatório da Unesco é claro quanto à não-oposição ao sistema de mercado (p.223), mas sim aos monopólios e à retirada de direitos de indivíduos, comunidades, regiões e nações. Enquanto saúda o diálogo e a disputa de mercados e organizações, sugere acordos em todos os níveis para evitar concentrações danosas ao bem-público (pp.220-221 ss).

Os novos discursos da regionalização e sobre a regionalização, que Santos (1996/2001) anteviu como continuamente mais importantes na sociedade global, precisam vencer as antigas narrativas do conformismo e as propostas de fugas, cercas e segurança armada. Portanto, um caminho para a construção de pauta para a comunicação no mundo urbano do país emergente.

O quadro se completa na reflexão de Ianni (1992), para quem “...a globalização não apaga nem as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial. Ao contrário, desenvolve umas e outras, recriando-se em outros níveis, com novos ingredientes” Ora, a região é reconhecida como espaço de identidades, mas não imune à volatilidade do circo internacional montado. Assim, os esgarçamentos dos laços sociais, também estimulados pelas posturas tradicionais dos poderes locais/regionais atrelados aos estados nacionais, exigem reações capazes de educar para novas culturas que se conectem e cooperem entre si e exteriormente, aqui entendidas como governança. Como lugar de pesquisa, e não somente de militância, interessa saber se tais experiências criam novos federalismos, expressões republicanas, processos democráticos, e em que graus o fazem. Interessa, também, saber como auferir suas relações com os poderes tradicionais, com a sociedade pouco ou nada distributiva de bens, com as exigências de sustentabilidade sócio-ambiental e com o futuro das novas gerações, via educação, cultura, tecnologia. Do discurso da cidadania organizada, depreende-se que o adensamento dessas experiências, deverá, ou poderá, resultar em contribuições ao processo de construção de políticas públicas integradas e integradoras, no qual os atos de comunicação pública serão centrais, a par do questionamento das antigas e persistentes culturas políticas, que se prestam a modernizar vários processos, mas não mudar estruturas e hábitos políticos. Não cabe, pois, nenhuma ingenuidade nesse esforço em conhecer, superar e implementar novas ações.

Visão de conjunto: as vozes e as urbes

A comunicação pública no interior e entre urbes, como parte indispensável da comunicação para a cidadania é, pois, o melhor sinal das etapas de sucesso da sociedade

democrática, mas também o objeto de desejo com mais chance de instrumentalização e negação da democracia. A comunicação pública, que excede em muito a comunicação de governo, pode vir a ser uma espécie de GPS (Sistema de Posicionamento Global) da governança, das vozes da cidade em processo de encontro de objetivos, caminhos e estratégias comuns. Lee (1995:2), ao discutir a necessária democratização dos sistemas de comunicação, enfatiza:

Genuine democracy demands a system of constant interaction with all the people, accessibility at all levels, a public ethos which allows conflicting ideas to contend, and which provides for full participation in reaching consensus on socio-cultural, economic and political goals. Such interaction takes place at different levels both separately and simultaneously.

No entanto, quando dá ênfase ao olhar político, a comunicação no espaço urbano, que abriga comunidades e organizações, tanto se põe no bom lugar para o encontro da origem semântica da comunicação, o tornar comum, a construção do espaço dialogal amplamente cidadão, como pode enredar-se no campo minado para a privatização dos espaços e símbolos públicos. Daí que a abordagem do tema exige a melhor avaliação dos saberes em atitude de confronto ou complementaridade. Isso implica avaliar com rigor os resultados de programas e políticas públicas destinadas às comunidades e talvez criadas com sua participação; acompanhar as diferentes vozes das comunidades e grupos sociais, símbolos da diversidade brasileira; medir a conquista e o significado dos símbolos sociais, a favor, por exemplo, do bem viver urbano; conhecer a hora e a vez das variadas e inovadoras estratégias, que não podem ser aplicadas como modismo e sim como processo em direção a objetivos coletivos.

A NOMIC é, hoje, tão importante quanto em 1980 e provavelmente mais capaz de ser entendida e assimilada. Não é sem razão que há um debate mundial sobre a urgência de se criarem correlações estreitas entre educação, ciência e comunicação, da crítica à experiência. Essa proposta foi pedra de toque do Relatório, presente em inúmeras páginas. Quando o Reino Unido e os Estados Unidos da América tentaram levar a UNESCO à mingueta pela divulgação do relatório Mac Bride, pois teve a coragem de tratar das novas agendas comunicacionais em um mundo multicultural, não imaginaram que pouco tempo depois perderiam qualquer bandeira de defesa de direitos sociais em razão de seu exclusivismo internacional e sua visão estereotipada quanto à liberdade de expressão. Não souberam ver – Margaret Thatcher, Ronald Reagan e sequência européia-americana - que a comunicação tornada pública em território expandido e culturalmente diverso precisa ser, antes de tudo,

direito subjetivo de todos e, em seguida, estratégia de ações interdependentes capaz de garantir os demais direitos sociais: previdência, moradia, educação, cultura, bem-estar, infraestrutura, saúde etc. A ausência do primeiro direito termina por negar os demais. Daí se entende tanto a perda paulatina do *welfare state* quanto a concentração do poder econômico em poucas mãos, o que facilita toda a sorte de especulações. Como já se destacou neste trabalho, a convergência do Relatório de 1980 estava nos riscos de concentração, na busca de novos equilíbrios de fontes comunicativas e na construção de forte opinião pública, tudo a par de intensa valorização dos sistemas educativos e culturais. As comemorações dos 20, 25 e 30 anos do Relatório têm revelado o quanto foi discreto o progresso dessa agenda pública e multicultural. E o quanto foram indiscretos os números da desigualdade no poder sobre tal processo, exceção feita, ainda, aos novíssimos suportes e processos de comunicação relativos à Internet, muito abertos para ensejar qualquer conclusão. Muito provavelmente, os lugares onde melhor se pode ver o fracasso da nova agenda comunicacional da sociedade em processo de globalização são os sistemas educativo-formativos e o exercício do poder, quer público, quer privado. De seu lado, as experiências regionais de governança trabalharam na contramão dos consensos globais, que exigiram mitigação dos sistemas públicos de saúde e previdência, flexibilidades nas relações de trabalho, austeridade fiscal e outras ações, cujo figurino fica evidente nas leituras dos textos insertos nos *New Outlook*, cadernos publicados há décadas, semestralmente, pela OECD/OCDE, assessora privilegiada do G-7, G-8 ou G-20.

Considerados os conceitos com que se labora neste trabalho, tratar de comunicação pública, cidadã, em processos centralizadores de poder econômico e simbólico implica antes a morte dos dois termos, a comunicação e o público. Segue-se a morte simbólica da gestão que supõe comunicar ou que funda uma ‘comunicação’ particular. Poderia haver algo publicamente comum em suportes marcadamente privatizados? A comunicação pública e urbana terá de ser plural. Se assim for, terá grande força educativa. De fato, torna-se educação, que é um ato radical de comunicação. No Relatório se lê: "...a comunicação não é somente um sistema de informação público, mas também uma parte integrante da educação e do desenvolvimento" (p.213). A pluralidade é ato de escolhas, que supõe competência, continuidade e avaliação em sua vigência. É um ato estrutural, que não pode ser fracionado.

As linguagens comunicantes

Steiner (2003) já nos havia ensinado que a linguagem é o fulcro nervoso do mundo, o lugar onde se desenvolvem todas as batalhas e o espaço da própria percepção individual e

coletiva do mundo. Em suas palavras: “...no vendaval e na turbulência das transformações que estão ocorrendo, para evitar a ‘morte do homem’ (pensada por Nietzsche e Foucault) cabe, mais que nunca, trabalhar o que se cria e o que se reproduz, o que se inventa e o que se enrijece no seu centro nervoso, que é a linguagem”.

A comunicação, como processo de linguagem, anunciou todo o esquema de gestão neo-liberal do capitalismo, que agora muitos alardeiam estar em colapso. Ocorre que raríssimas pessoas, entre o final de 1980 e o ano de 2008 foram capazes de ver, no interior do movimento discursivo e comunicacional, os males capitais desse sistema hegemônico para a sociedade público-privada, que agora põe no desemprego e mesmo na miséria mais de 250 milhões de pessoas no mundo. O vale-tudo econômico já era claramente anunciado pela linguagem da *expertise* econômica, como a OECD/OCDE (cit.) há décadas, mas os interesses não permitiram e/ou não quiseram ver. A própria OCDE construiu sua linguagem como mito negador do estado de bem estar, porque ignorou as culturas comunitárias e regionais. Ocorre, pois, que quem não pode analisar processos de comunicação também é analfabeto para a análise da vida cotidiana nas cidades e para a interpretação dos veículos midiáticos. O fato, ademais, tem relação direta com a perda de substância dos projetos de qualidade da educação das novas gerações, entre nós e muito além de nós. Quem pode lembrar, nos últimos 40 anos, de efetivas agregações de qualidade na formação educativo-cultural das novas gerações? Digamos que viesse à memória a revolução tecnológica e seu valor potencial para a ação educativa. Mais que justo. No entanto, as modernizações tecnológicas podem ser submetidas e subsumidas pelos processos de gestão social e política, pela volúpia dos negócios educacionais e pela orientação ideológica dos currículos escolares, em todos os níveis. A nossa história de modernizações de pé-quebrado exige, sempre, uma rigorosa leitura crítica.

As trilhas estão abertas pela NOMIC, ontem e hoje. Urge ampliar redes comunicativas capazes de dar conta da diversidade cultural de comunidades e nações. Um mesmo mundo e muitas vozes. Novos suportes, insertos no chamado processo de convergência tecnológica, podem fazer a necessária disputa comunicativa e anti-centralizadora. As formas de transparência de governos e governanças – dados sociais, culturais e econômicos - precisam ecoar bem além dos veículos oficiais e novos marcos regulatórios terão de ser construídos para as concessões, que são direito público. O sistema educacional precisa reler Paulo Freire e reorganizar currículos na direção da autonomia do pensamento jovem, via superação da ingenuidade política e ética, o que também é antídoto para o hedonismo e para o vale-tudo das relações sociais, caminho de morte para a juventude.

Deste modo, são abertos e indicados caminhos para a conjuntura e para as hipóteses de trabalho que este ensaio elaborou em sua primeira parte.

Não há como negar que ainda se vive um espaço-tempo (como diria Einstein) que se curva a favor de poucas vozes a dominar muitas urbes, poucos emissores e muitos receptores, portanto de negação comunicacional. No entanto, entendida a educação como um processo social mais que escolar e a *ensinagem*, isto é, os atos de aprendizagem e ensino como construtores de saberes sociais na disputa de valores, entende-se que há brechas significativas. Se a participação direta na vida da *polis*, da *urbe* – memorizando aqui o pensamento grego – é indispensável, seus suportes informativos e comunicacionais desenvolvem-se e aparecem, buscam gestar o novo que insiste em ser criado com vistas a objetivos comuns e públicos. Tudo está a merecer crítica rigorosa, repita-se, a fim de que os novos fenômenos públicos tenham menos intermediação e mais ação direta. Cria-se a possibilidade de o mundo e suas muitas vozes, pensados em 1980 no memorável relatório serem lugares de pleno acesso. As disputas sociais para o encontro de tais alvos, que de fato ocorrem, são de variada ordem, mas principalmente simbólicas, pois agregam valores e carregam a alguns consensos. Nesse movimento, gestão, comunicação e público são interfaces de sujeitos da história contemporânea do Brasil que se capacitam para criar as vozes e os gestos da sociedade democrática, que se moverão livremente entre o local, o regional e o global. Portanto, em lugar da armação tecnológica artificialmente sedutora, ou da propaganda privatizante dos interesses deste ou daquele, trata-se agora de suscitar políticas de governança que desenhem a cidade da inclusão e do pertencimento.

Bibliografia

- ABRUCIO, Fernando Luiz e SOARES, Márcia Miranda. **Redes Federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- ADORNO, Theodor W. O fetichismo na música e a regressão da audição. **Os Pensadores**. Textos Escolhidos. São Paulo: Abril S.A., 1975.
- AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- BERGER, Stefan & COMPSTON, Hugh. **Policy Concertation and Social Partnership in Western Europe**. Lessons for the 21st Century. New York, Oxford: Berghahn Books, 2002.
- MARTIN-BARBERO, J. Colombia: una agenda de país em comunicaci3n. **Entre saberes desechables y saberes indispensables**. Bogotá: Centro de Competencia em Comunicaci3n, Friedrich Ebert Stiftung, 2009.
- BOSI, Alfredo. **Hist3ria Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, Secretaria de Estado da Cultura, 1992.
- _____. **Dial3tica da Coloniza33o**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> (Acesso em: 27/08/2012).
- CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- COUTINHO, Luciano. O desafio urbano-industrial na construção de um projeto de nação. **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: Editora Unesp - Anpur, 2003.
- CRUZ COSTA, J. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- DANIEL, Celso Augusto. Ação política e diversidade de atores no universo social urbano. **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: Editora Unesp – Anpur, 2003.
- FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma ‘analítica’ da midiaticização. **Matrizes**. São Paulo: ECA-USP, ano 1, n. 2 (jan.-jun.) 2008.
- FURTADO, Celso. O Modelo Brasileiro. **Revista Argumento**. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, ano 1, n. 3, 1974.
- _____. **Que Somos. Sete Teses sobre a Cultura Brasileira**. **Revista do Brasil**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Cultura e Município, 1984.
- GRAÇA CALDAS. **O Latifúndio do Ar**. Mídia e Poder na Nova República (1985-1989). E-Book. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Methodista, 2011.
- HALL, Peter. **Cidades de Amanha**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1995.
- HARVEY, David. **From Managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism**. *Geografiska Annalr*, No 1, 1989, pp. 3-17.
- HEIDENREICH, Martin & KRAUSS, Gerhard. "Das baden-württembergische Produktions- und Innovationsregime - Zwischen vergangenen Erfolgen und neuen Herausforderungen." **Akademie für Technikfolgenabschätzung**, Baden-Württemberg, n.54, 1996.
- IANNI, Octavio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- _____. **A Sociedade Global**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1998.
- KLINK, Jeroen Johannes. **A cidade-região**. Regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARAFFI, Marco. "Il modello lombardo tra incrementalismo e volontarismo". In **Regioni e relazioni industriali in Europa**. Milano: FrancoAngeli, 1997.
- MUNIZ SODRÉ. **Antropológica do Espelho**. Uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.
- NOMIC/NWICO. Belgrado: 21ª Conferência Unesco. Obra em Português: **Um Mundo e Muitas Vozes**. Várias edições. Unesco.
- OLIVEIRA, Francisco de. "A questão regional". In **Revista do Instituto de Estudos Avançados**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, número 18, maio-agosto 1993.
- PRADO JR. Caio. **Evolução Política do Brasil e outros ensaios**. 5.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- REGALIA, Ida. "Modi di regolazione regionale delle relazioni industriali". In **Regioni e relazioni industriali in Europa**. Milano: FrancoAngeli, 1997.
- Relatório MacBride. **Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação**. Belgrado: 21ª Conferência da Unesco, 1980.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. Discurso pronunciado no nascimento do Rádio e constante em museus de imagem e som. Acesso em 24.03.2012: www.fm94.rj.gov.br

SANTOS, Milton. Entrevista concedida ao caderno **Le Monde Diplomatique**, especial nº 2, janeiro de 2001.

_____. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 4. ed. São Paulo: Editora Nobel, 1998.

SASSEN, Saskia. Entrevista ao programa televisivo **Milênio**, 18/09/2005.

STEINER, George. **Gramáticas da Criação**. Porto Alegre: Globo, 2003.

Um solo mundo, vocês multiples. Comunicación e información em nuestro tiempo. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

VAINER, Carlos B. “Regionalismos contemporâneos”. AFFONSO, Rui de Britto Alvares e Silva e BARROS, Pedro Luis (orgs) **A federação em perspectiva**. Ensaios selecionados. São Paulo: Fundap, 1995, p.449-471.

WIGMANS, C. **De facilitaire stad**. Rotterdams grondbeleid e postmodernisering, Delft, Delft University Press, 1998.